



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

FAMÍLIA E CUIDADO EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA E MASCULINA NO CUIDADO INFANTIL.

**Taissa Mendonça** (a) - a

a

**FAMÍLIA E CUIDADO EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO:** uma reflexão teórica sobre a participação feminina e masculina no cuidado infantil.

Palavras-chave: Família. Cuidado. Infância. Gênero

Keywords: Family. Care. Childhood. Gender

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar uma reflexão teórica acerca das estruturas de cuidado, enfatizando-se como as construções sociais referentes ao gênero influenciam decisivamente em sua organização, sobretudo, no que se refere ao cuidado infantil no âmbito familiar. Em tais estruturas, apesar das mudanças observadas nos dias atuais, a mulher continua sendo a principal responsável pelas atividades de cuidado dos seus filhos e filhas, enquanto o homem ainda se destaca pelo seu papel de provedor.

O protagonismo feminino no âmbito do cuidado infantil refere-se, de um modo geral, a um tido “instinto materno”, que se acredita nascer em toda mulher ao se tornar mãe. Desta forma, o cuidado é atribuído como algo inerente à mulher, fazendo parte de sua essência, sendo ela alvo, neste sentido, das cobranças feitas pela sociedade no que tange à realização do “bom cuidado”, e, em contrapartida, resguardam-se os homens desta cobrança, pois creem que eles não têm habilidades para desempenhar as tarefas concernentes ao cuidado com crianças. Frente a isso, evidencia-se que as relações e as práticas de cuidado são profundamente idealizadas e demarcadas pelas questões de gênero.

## 2. PERCEPÇÕES SOBRE O CUIDADO: uma relação de gênero

Em nossa sociedade, tem-se a família como uma instituição fundamental em prover cuidado e proteção, principalmente às crianças, sendo a principal responsável pela sua educação, por transmitir os valores morais e sociais que auxiliarão na formação de sua identidade e comportamento. E, longe de idealizá-las, reconhecemos que as famílias têm potencial para proporcionar um ambiente seguro que ofereça conforto e possibilite o desenvolvimento físico e emocional dos seus membros.

Todavia, no núcleo familiar, a mulher se sobrepõe no que se refere à realização deste cuidado. Contextualizando historicamente esta centralidade, identificamos que a mesma data do final do século XVIII, período no qual a mulher é inserida no espaço do privado, no espaço de reprodução social. Isto é reflexo de uma cultura de influência burguesa europeia,

que ganha consistência no Brasil e que leva a mulher para dentro do lar para ser mãe e esposa dedicada aos cuidados doméstico e infantil. Deste modo, o espaço público é o lugar do homem e às mulheres é destinado o espaço privado, formado pelo ambiente da casa.

Ao ser inserida no âmbito privado, a mulher assumiu como responsabilidade “o filho, sua saúde e educação [que] são invocados como fundamento dos deveres e poderes das mulheres” (PERROT, 1991, p. 142). Sendo investida também de múltiplas funções: “em primeiro lugar, dar à luz e cuidar das crianças” (PERROT, 1991, p. 143) e, em segundo, atender a família com os “serviços de casa”, que abrangem as tarefas de lavar, cozinhar, limpar, dentre outros trabalhos domésticos.

Pautados no padrão da família nuclear burguesa, são socialmente construídas funções que devem ser assumidas por homens e mulheres, que são repletos de estereótipos de gênero que ditam seus comportamentos, construindo-se, “territórios femininos” que se opõem aos “territórios masculinos”.

Buscando romper com a concepção de que há uma predisposição natural na mulher para assumir o cuidado, estudos feministas têm denunciado as raízes culturais da desigualdade sexual. Neste contexto, salienta-se o estudo de Simone de Beauvoir, que em sua obra intitulada *O Segundo Sexo* analisa que não há nada de biológico nem de natural que explique a subordinação das mulheres, concluindo que se trata de uma construção social, sendo de sua autoria a famosa frase: “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*” (BEAUVOIR, 1949). Sua obra servirá de base para a reflexão sobre a opressão sofrida pelas mulheres e de crítica ao modelo de dona de casa e mãe de família que é posto como obrigatório.

A organização e as práticas de cuidado são cercadas de expectativas e exigências construídas socialmente, que coloca o homem no mundo do trabalho produtivo e, de outro lado, a mulher fica responsável pelo cuidado com o grupo familiar e com a casa, envolvida, desta maneira, de valores como “boa mãe”, “boa esposa” e “dona de casa ideal”. Neste sentido, observa-se que a distribuição e organização do cuidado obedecem a princípios reguladores, que “são construídos e recriados com base em lógicas sociais que se perpetuam através da história” (IPEA, 2016, p. 20) e que determinam obrigações diferentes para homens e mulheres.

Apesar das mulheres terem conquistado avanços importantes no que se refere a relações de gênero mais igualitárias, “as desigualdades de gênero favorecendo o sexo masculino ainda são notáveis em vários aspectos da vida social e familiar” (CANO; COVRE-SUSSAI, 2017, p. 131), sendo a desigualdade de gênero, no âmbito doméstico, a menos percebida e a que tem a barreira mais difícil de ser rompida. Assim, o homem é visto como o provedor e, deste modo, deve trabalhar para prover o sustento de sua família, ou seja, para o “sexo masculino, o trabalho ainda é a base principal de sua identidade ou o principal requisito

cultural socialmente exigido para o reconhecimento de sua masculinidade adulta” (BARKER, 2008, p. 188 *apud* BARBOSA, 2013, p. 25).

A realização do cuidado é permeada por uma desvalorização e por um não reconhecimento, sendo realizada majoritariamente por mulheres, tendo sua centralidade reforçada diariamente, parecendo ser esta uma função exclusiva da mulher, não compartilhável com os homens. Diante do exposto, evidencia-se que há um “modelo prescritivo e idealizado de cuidado, visto como incumbência de uma mulher adulta, dedicada, amorosa, efetivamente envolvida e preocupada com o desenvolvimento integral da criança” (TEIXEIRA, 2016, p. 244), na qual, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho formal, as mulheres são, aparentemente, insubstituíveis na realização do cuidado infantil, assumindo, desta maneira, uma dupla jornada de trabalho.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante da visível centralidade da mulher no âmbito da realização do cuidado doméstico, sobretudo no que se refere ao cuidado infantil, levanta-se a reflexão sobre de que forma os homens têm sido convocados a se envolverem com as tarefas atinentes ao cuidado, uma vez que, os homens são colocados como “aquele que ajuda” tendo, deste modo, a opção de decidir se vai colaborar, de que forma e quando irá colaborar, pois quem ajuda pode decidir se vai fazer alguma coisa ou não. Ou seja,

os homens continuam a escolher em que momento e em quais condições eles se ocupam com suas crianças, assumindo, de fato, parcialmente suas responsabilidades parentais diante do conjunto da sociedade e demandando a ela reconhecimento de prerrogativas iguais às das mulheres que não fazem escolhas: quaisquer que sejam as condições, o cuidado com as crianças lhes incumbe, tenham elas ou não outros campos de atividade (CAVALCANTI; BARBOSA; CALDEIRA, 2012, p. 193).

A construção social sobre a masculinidade faz com que haja um estranhamento diante da inserção dos homens no âmbito do cuidado, visto como território exclusivo da mulher, na qual, desta forma, ele só adentra na condição de coadjuvante. Reafirma-se, assim, a concepção “própria da visão tradicional sobre os papéis na família: ‘o trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família’” (CANO; COVRE-SUSSAI, 2017, p. 135). Em suma, por mais que os homens estejam mais participativos na realização das tarefas reprodutivas, “isso não significa necessariamente uma alteração das representações simbólicas e efetivas acerca dos lugares prioritários de homens e mulheres” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 34).

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C.; SCALON, C.. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BARBOSA, A. P. T. **Há guardas nas fronteiras**: discursos e relações de poder na resistência ao trabalho masculino na educação da infância (Rio de Janeiro, 2009-2012). Rio de Janeiro. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013.

BARKER, G. T. **Homens na linha de fogo**: juventude, masculinidade e exclusão social. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

CANO, I.; COVRE-SUSSAI, M. A divisão por gênero das tarefas domésticas no Rio de Janeiro: atitudes e práticas. In: ARAÚJO, C.; GAMA, A. (Orgs.). **Entre a casa e o trabalho**: gênero e família no Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.

CAVALCANTI, V. R. S.; BARBOSA, C. F.; CALDEIRA, B. M. S. **Ética do cuidar e relações de gênero?** Práticas familiares e representações da divisão do tempo. *Estud. Sociol.*; Araraquara, v. 17, n. 32, p. 189-204, 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Economia dos cuidados**: marco teórico-conceitual. Relatório de Pesquisa. Governo Federal. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. – Brasília: Ipea, 2016.

PERROT, M. Figuras e Papéis. In: PERROT, M. (Org.). **História da Vida Privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução: Denise Bottman e Bernardo Joffily. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TEIXEIRA, M. U. B.. **O cuidado na educação infantil na fala de alunas-professoras**. In: *Revista Veras*. – São Paulo, v. 6, nº 2, p. 237-267, jul./dez., 2016.